

SETOR ELÉTRICO PÓS-BELO MONTE

VEÍCULO O Estado de S. Paulo

DATA 21 Abril 2010

AUTOR Claudio J. D. Sales

34 | **Economia** | QUARTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2010 | O ESTADO DE S. PAULO

Artigo

Setor elétrico pós-Belo Monte

Planejamento da área precisa ser blindado de conceitos artificiais e seus efeitos negativos como o apego quase dramático aos 'projetos estruturantes'

CLAUDIO
J.D. SALES

Com direito a todos os arroubos dramáticos possíveis, foi leiloada a usina de Belo Monte. Os inúmeros grupos de pressão com interesses diretos no sucesso – ou fracasso – do leilão provavelmente continuarão a se enfrentar nas arenas judiciais e midiáticas. Ocuparão as páginas dos jornais por um bom tempo especulações de curto prazo e de caráter comercial na linha do “Belo Monte vale a pena? O projeto é viável? Os impactos socioambientais foram avaliados? Qual o real custo da usina se forem internalizados os subsídios?”

Dito isso, propomos um olhar “além Belo Monte” que parte da premissa que este projeto deverá ser desenvolvido de forma a preservar os três pontos fundamentais pactuados com o Estado brasileiro: a entrega da quantidade de energia prevista no edital, no prazo determinado e a tarifa correspondente ao lance vencedor. O respeito a estes pontos sedimenta a seriedade institucional necessária aos próximos leilões e gera um ambiente de menor risco, com potencial

redução de custos das empresas e das tarifas para os consumidores.

Quais lições podemos extrair da polêmica em torno do leilão?

Em primeiro lugar, o planejamento do setor precisa ser blindado de conceitos artificiais e seus efeitos negativos. Como exemplo, o apego quase apaixonado pelos “projetos estruturantes” precisa ser substituído pelo conceito inatacável da competição, balizada pela análise econômica pura e transparente. Diretrizes de expansão baseadas no “se eu quiser muito acaba acontecendo” não produzem uma expansão ótima do ponto de vista econômico e não são respostas à segurança energética.

O ato de impor empreendimentos que “precisam sair de qualquer jeito” acaba enfrentando a dura realidade que foi constatada às vésperas do leilão: a ausência de interessados. As empresas estatais não podem mais ser forçadas a implementar quaisquer comandos que partam dos governos de plantão que as controlam. Portanto, como o espaço para políticas energéticas impositivas é

menor, se as diretrizes do planejamento energético não levarem em conta as concretas opções disponíveis para a realidade brasileira, continuaremos reféns de decisões pendulares que ora endeusam alternativas menos viáveis.

Num cenário globalizado como o setor de energia, que desempenha papel crucial na competitividade das nações, aceitar pressões de atores que representam bandeiras muito simpáticas – como a social ou a ambiental – mas que escondem interesses menos charmosos – econômicos, políticos e ideológicos – é entregar de forma inocente nossos ativos.

Outra realidade que precisa ser desvendada é a da carga de tributos e encargos do setor elétrico. Muito se fala sobre “modicidade tarifária”. Mas a principal alavanca para diminuir a tarifa raramente é acionada. De cada R\$ 100 da conta de luz, apenas R\$ 54 têm a ver com a geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Os restantes R\$ 46 decorrem dos inúmeros impostos e subsídios criados ao longo de décadas: x% para

um pleito aqui, y% para outro acolá.

Incontáveis as iniciativas do governo federal têm resultado em aumentos bilionários da conta de luz. Exemplos: a alteração da lógica de operação das usinas de forma discricionária, desvirtuamento de encargos embutidos na tarifa, criação de novos subsídios que perpetuam ineficiências. E o Congresso, além de frequentemente dar guarida às iniciativas do governo, também é berço de várias ações que produzem bondades localizadas (subsídios para poucos grupos) mas geram maldades dispersas (aumento de impostos para todos os consumidores que não conseguem se organizar em lobbies).

O olhar para o futuro deve ser direcionado para as reais alavancas que produzirão um setor com mais segurança de oferta de energia e tarifas módicas de fato: a despolitização do setor, um planejamento sem artificialidades e sem preconceitos, e a gradual redução dos tributos e encargos que têm pesado sobre a tarifa.

*
É PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

Com direito a todos os arroubos dramáticos possíveis, foi leiloada a usina de Belo Monte. Os inúmeros grupos de pressão com interesses diretos no sucesso - ou fracasso - do leilão provavelmente continuarão a se enfrentar nas arenas judiciais e midiáticas. Ocuparão as páginas dos jornais por um bom tempo especulações de curto prazo e de caráter comercial na linha do “Belo Monte vale a pena? O projeto é viável? Os impactos socioambientais foram avaliados? Qual o real custo da usina se forem internalizados os subsídios?”

Dito isso, propomos um olhar “além Belo Monte” que parte da premissa que este projeto deverá ser desenvolvido de forma a preservar os três pontos fundamentais pactuados com o Estado brasileiro: a entrega da quantidade de energia prevista no edital, no prazo determinado e a tarifa correspondente ao lance vencedor. O respeito a estes pontos sedimenta a seriedade institucional necessária aos próximos leilões e gera um ambiente de menor risco, com potencial redução de custos das empresas e das tarifas para os consumidores.

SÃO PAULO
Rua Joaquim Floriano, 466
Edifício Corporate • conj. 501 • Itaim Bibi
CEP 04534-004 • São Paulo • SP • Brasil
Tel.: (55 11) 3704-7733 Fax: (55 11) 3704-7730

BRASÍLIA
SCN Quadra 5 • Bloco A • sala 1210
Brasília Shopping and Towers
CEP 70710-900 • Brasília • DF • Brasil
Tel: (55 61) 3963-6007

contato@acendebrasil.com.br
www.acendebrasil.com.br



Brasil

**O OBSERVATÓRIO
DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Quais lições podemos extrair da polêmica em torno do leilão?

Em primeiro lugar, o planejamento do setor precisa ser blindado de conceitos artificiais e seus efeitos negativos. Como exemplo, o apego quase apaixonado pelos “projetos estruturantes” precisa ser substituído pelo conceito inatacável da competição, balizada pela análise econômica pura e transparente. Diretrizes de expansão baseadas no “se eu quiser muito acaba acontecendo” não produzem uma expansão ótima do ponto de vista econômico e não são respostas à segurança energética.

O ato de impor empreendimentos que “precisam sair de qualquer jeito” acaba enfrentando a dura realidade que foi constatada às vésperas do leilão: a ausência de interessados. As empresas estatais não podem mais ser forçadas a implementar quaisquer comandos que partam dos governos de plantão que as controlam. Portanto, como o espaço para políticas energéticas impositivas é menor, se as diretrizes do planejamento energético não levarem em conta as concretas opções disponíveis para a realidade brasileira, continuaremos reféns de decisões pendulares que ora demonizam algum tipo de fonte, ora endeusam alternativas menos viáveis.

Num cenário globalizado como o setor de energia, que desempenha papel crucial na competitividade das nações, aceitar pressões de atores que representam bandeiras muito simpáticas - como a social ou a ambiental - mas que escondem interesses menos charmosos - econômicos, políticos e ideológicos - é entregar de forma inocente nossos ativos.

Outra realidade que precisa ser desvendada é a da carga de tributos e encargos do setor elétrico. Muito se fala sobre “modicidade tarifária”. Mas a principal alavanca para diminuir a tarifa raramente é acionada. De cada R\$ 100 da conta de luz, apenas R\$ 54 têm a ver com a geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Os restantes R\$ 46 decorrem dos inúmeros impostos e subsídios criados ao longo de décadas : x% para um pleito aqui, y% para outro acolá.

Incontáveis as iniciativas do governo federal têm resultado em aumentos bilionários da conta de luz. Exemplos: a alteração da lógica de operação das usinas de forma discricionária, desvirtuamento de encargos embutidos na tarifa, criação de novos subsídios que perpetuam ineficiências. E o Congresso, além de frequentemente dar guarida às iniciativas do governo, também é berço de várias ações que produzem bondades localizadas (subsídios para poucos grupos) mas geram maldades dispersas (aumento de impostos para todos os consumidores que não conseguem se organizar em lobbies).

O olhar para o futuro deve ser direcionado para as reais alavancas que produzirão um setor com mais segurança de oferta de energia e tarifas módicas de fato: a despolitização do setor, um planejamento sem artificialidades e sem preconceitos, e a gradual redução dos tributos e encargos que têm pesado sobre a tarifa.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

SÃO PAULO

Rua Joaquim Floriano, 466
Edifício Corporate • conj. 501 • Itaim Bibi
CEP 04534-004 • São Paulo • SP • Brasil
Tel.: (55 11) 3704-7733 Fax: (55 11) 3704-7730

BRASÍLIA

SCN Quadra 5 • Bloco A • sala 1210
Brasília Shopping and Towers
CEP 70710-900 • Brasília • DF • Brasil
Tel: (55 61) 3963-6007

contato@acendebrasil.com.br
www.acendebrasil.com.br